



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

ATA DE REUNIÃO
06-03-2024

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reunião, situada no Anexo I, sala 305 – M, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, sob a **presidência da Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel**. Presentes a **Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel**, **Desembargador Antonio Maron Agle**, **Desembargador Marcelo Silva Britto**, **Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva**, **Desembargador Baltazar Miranda Saraiva**. Para além destes, presentes os servidores, na qualidade de secretários desta Comissão: **Gilson Duarte Presídio** e **Carla Garrido Bahia Guimarães**. Inicialmente, estando em pauta: **1. APRESENTAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA:** Realizados os cumprimentos e apresentações iniciais, passou-se ao item 2 da pauta, qual seja: **2. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA PRESENTE COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA, BIÊNIO 2024-2026, ENTRE OS MEMBROS DA COMISSÃO**, informada a pauta, em seguida, foi eleita por aclamação, a Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, ou seja, sendo eleita pelos membros por unanimidade. **3. SUGESTÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA REVISTA FÍSICA PARA CONSULTA ELETRÔNICA:** O Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva entende que a Revista não deve ser mais física, mas somente eletrônica, alegando algumas inconsistências nas pesquisas em jurisprudências deste Tribunal. Isso facilitaria na pesquisa. Em seguida, o Desembargador Antonio Maron Agle ressaltou acerca da importância da versão física para leitura, e argumentou que o sistema de consulta eletrônico é falho. O servidor Gilson Duarte Presídio ressaltou a importância da Revista física a fim de que continue como selo repositório da jurisprudência do STJ. Entretanto, o objetivo do Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva era alargar a pesquisa, buscando a evolução em todos os pontos. Ainda nesse sentido, os Desembargadores Antonio Maron Agle e Marcelo Silva Britto sugeriram buscar mais informações no que tange a mudança, primeiramente, entrar em contato com o técnico do Setor de informática do TJBA, e também usar como referência algum Tribunal, como exemplos: o Tribunal do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Ainda nesse seguimento, o Desembargador Marcelo Silva Britto ressaltou a possibilidade de buscar o Estado de São Paulo como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

modelo, e ainda sugeriu que o TJBA realize o lançamento de um Boletim Informativo semanal, o qual já funciona na Justiça Federal (TRF 1ª Região). Porém, antes deve-se compreender a exatidão do funcionamento, e também ressaltou a necessidade de ter uma equipe de TI para disponibilizar esse Boletim de Jurisprudência semanal. Ainda, o Desembargador Marcelo Britto destacou que a Justiça Federal da 1ª Região possui o sistema "Microsoft Teams", que é um substituto atualizado do sistema "Lifesize", porém seria necessário o pacote Office, que ainda não é disponibilizado no TJBA para servidores, mas somente aos Magistrados.

3. REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL: Quanto ao envio de ofício para solicitação de acordãos, o Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva sugeriu que o ofício a ser enviado aos gabinetes, requisitando os acordãos, deve-se colocar o selo como confidencial. Por conseguinte, ficou acordado entre os membros, diante da premente necessidade de otimizar os trabalhos da Comissão, que o ofício, requisitando os acordãos, preferencialmente os mais recentes, será enviado para cada gabinete de forma bimestral, dando um prazo específico, e elencando para que o gabinete pontue a prioridade do acordão, já que o mínimo seria o envio de um a cinco acordãos, que serão publicados na Revista. Após, o Desembargador Marcelo Britto também afirmou que a Revista física deve manter a tiragem mínima de exemplares. Ao tempo em que, o Desembargador José Jorge ressaltou a necessidade de preservá-la de forma física por conta da tradição.

4. CONVÊNIO COM A REVISTA DOS TRIBUNAIS - RT. A servidora Carla Guimarães esclareceu que foram iniciadas as tratativas em 2022 com Gilson Presídio e Rodolfo, representante da RT. Após isso, retomou-se com Bianca, que indicou Juliana Ferreira e Juliana Ono, atuais responsáveis pelas tratativas com Convênio. Hoje dispõe-se da minuta pronta a ser analisada pelos Desembargadores presentes, cientes de que passará pela Presidência do TJBA. Diante disso, resta ainda deliberar a respeito da contrapartida da RT, quais obras literárias serão disponibilizadas.

5. DISTRIBUIÇÃO DE EXPEDIENTES E PROCESSOS NO SIGA:

5.1 A Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel relatou acerca da importância da distribuição de Expedientes e Processos do Siga, entendendo que carece desta distribuição, diante da necessidade. Já, os demais Desembargadores presentes não concordaram com esse posicionamento, ainda que a referida distribuição seja equânime por ordem de antiguidade, tendo em vista, que não tem possibilidade de colocar assessores do próprio gabinete à disposição dos trabalhos desta Comissão.

5.2 O Desembargador Marcelo Britto sugeriu a confecção de um Ofício para a Presidente, requisitando mais servidores para a presente Comissão, salientando o fato da Comissão também se tratar de uma biblioteca. Mas, foi esclarecido pela servidora Carla Guimarães que só há o acervo com os exemplares da própria



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA**

Revista, tanto a recente quanto as anteriores. No mais, não temos ingerência alguma sobre a Biblioteca do Tribunal de Justiça. **6. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES.** Por fim, foi apresentado o relatório das atividades desempenhadas no Biênio 2022-2024, com entrega da cópia do relatório a cada Desembargador. **7. O que ocorrer.** Ainda foi decidido por partes dos membros que haverá reunião mensal na última quinta-feira de cada mês, sendo solicitado que seja realizada a publicação no Portal da Transparência e Oficie-se à Presidência do Tribunal de Justiça. **A próxima reunião fica, de logo, agendada para a última quinta-feira de abril do ano em curso, às quatorze horas, em sala de reunião do Anexo I, sala 305 – M, sendo que, posteriormente, haverá aviso específico no grupo de whatsapp desta Comissão.** Nada mais havendo a tratar, os Desembargadores presentes encerram a reunião as 17h, tendo sido lavrada a presente ata por mim, Carla Garrido Bahia Guimarães, na qualidade de Secretária, e depois lida, conferida e assinada por todos os presentes.

Desa. Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel

Presidente

Des. Antonio Maron Agle

Desembargador

Des. Marcelo Silva Britto

Desembargador



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA**

Des. José Jorge Lopes Barreto da Silva

Desembargador

Des. Baltazar Miranda Saraiva

Desembargador